

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 191.883 - SP (2012/0122804-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ANTENOR SALLES LIMA - ESPÓLIO
REPR. POR : THEREZA DUPP LIMA
ADVOGADO : CARLOS DO NASCIMENTO SANTOS E OUTRO(S) - SP060620
AGRAVADO : COMPANHIA TERRITORIAL PRAIA GRANDE
ADVOGADO : AMAURY CESAR MAGNO E OUTRO(S) - SP245169

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por ESPÓLIO DE ANTENOR SALLES LIMA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - EMBARGOS DE TERCEIRO - Decreto de procedência, diante da conclusão pericial (no sentido de que o imóvel objeto da constrição pertence à empresa embargante) - Aplicação, na hipótese, do artigo 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça - Ausência de fato novo - Desnecessária repetição dos adequados fundamentos expendidos pela r. sentença recorrida - Precedentes - Sentença mantida - Recurso improvido." (e-STJ, fl. 2.041)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 2.061/2.065).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 125, 131, 165, 183, 267, 269, 295, 329, 332, 458, 535 e 1.048 do Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; b) *"a recorrida decaiu do direito de ação na modalidade eleita, sendo processo nulo de pleno direito"* e c) *"as Cortes locais ao negarem a valoração jurídica às provas do ora recte., embora elas estejam acostadas nos autos, visíveis e materialmente existentes, para dar crédito e validade às meras e vagas alegações da recda., vulneraram os artigos retro mencionados, os quais foram desconhecidos e afastados dos fatos onde deveriam incidir: o art. 332 por se encontrar no conceito de prova lícita (CF/88, art LVI); e o art.125-I, que nega validade ao tratamento desigual às partes em Juízo. Já o artigo 131 foi hostilizado uma vez que tanto a r. sentença*

Superior Tribunal de Justiça

quantos os acórdãos que aderiram àquela, deduziram a sua decisão em equívoco de que a área não é a mesma, e a prova do perito assistente é enfática em provar que se trata da mesma área, provas estas em momento algum valoradas, mas que estão nos autos" (e-STJ, fl. 2.096).

Contrarrazões apresentadas às fls. 2.167/2.175, e-STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

O Ministério Público Federal, em parecer, opinou pelo não provimento do agravo em recurso especial (fls.2.287/2.294).

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do Código de Processo Civil/73, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. Ademais, o mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Sobre o tema:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973 NÃO VERIFICADA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DO REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Inviável a análise de ofensa aos dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema.

2. Não ficou configurada a violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

3. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.

4. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

5. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 139753/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 22/03/2019, grifou-se)

Avançando, o apelo nobre não merece conhecimento quanto à alegada ofensa aos arts. 183, 295, 329 e 332 do CPC/73. Como sabido, o recurso especial é o instrumento processual adequado para discutir violação ou divergência jurisprudencial quanto a lei federal, conforme preconiza o art. 105, III, "a" e "c", da CF/88. Nesse diapasão, para atender tal mister, é necessário que nas razões recursais sejam apresentados argumentos jurídicos claros e precisos sobre como o eg. Tribunal *a quo* teria violado ou interpretando de forma divergente determinado dispositivo de lei federal.

No caso em apreço, as razões apresentadas no apelo nobre quanto aos arts. 183, 295, 329 e 332 do CPC/73 não representam argumentação jurídica apta a demonstrar como essas normas foram violadas ou interpretadas de forma equivocada pelo eg. TJ-SP. Nesse cenário, as razões do apelo nobre representam mera alegações genéricas de violação da lei federal, o que configura deficiência na fundamentação recursal, atraindo o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia. Nesse sentido, confirmam-se:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. REEXAME DE PROVA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ. (...)

2. Nos casos em que a arguição de ofensa a dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se ao recurso especial, por analogia, o entendimento da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 613.606/PR, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 17/05/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS INVOCADOS. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC/1973, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

2. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 641.513/RJ, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 04/10/2016 - grifou-se)

O Tribunal local, no que tange à alegação de intempestividade dos embargos de terceiro, manifestou-se nos seguintes termos:

"As preliminares arguidas no apeio interposto não se sustentam, sendo de todo descabido, decorridos mais de dez anos da oposição dos embargos de terceiro, alegar - somente após o decreto de procedência - a intempestividade destes.. Trata-se de questão que, conforme se verá da análise do mérito, perde a relevância, ante o direito de propriedade dos embargantes acerca da área objeto dos embargos, reconhecido em anterior ação, há muito transitada em julgado." (e-STJ, fl. 2.043)

Ocorre que a recorrente não rebateu, efetivamente, de forma específica e

suficiente referida fundamentação, o que atrai, na hipótese, a incidência, por analogia das Súmulas nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. COMPROVAÇÃO DE CRÉDITO. DOCUMENTO NOVO. DESNECESSIDADE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. CORREIO ELETRÔNICO. MEIO DE PROVA. SÚMULA N. 83 DO STJ. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. COTEJO ANALÍTICO. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor das Súmulas n. 283 e 284/STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1.303.182/DF, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe de 18/12/2018)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA.

1. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões dissociadas deste, impõe a incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, aplicáveis por analogia. Precedentes.

(...)

5. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1.445.684/MG, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe de 1º/07/2019)

Em relação à área objeto dos embargos, o Juiz de primeiro grau consignou que em nenhum momento os embargados demonstraram algum fato que indique o efetivo exercício da posse sobre a área em questão, bem como as medidas apresentadas pelos embargados não correspondem com as medidas encontradas no local, nos termos da

seguinte fundamentação:

"Entretanto, se o enfoque for feito pelo efetivo exercício da posse e levando em conta a situação do imóvel, os embargados carecem de direito a ser amparado. Isto porque o perito concluiu que a área pela qual os embargados estão disputando fica a um quilômetro e meio de distância do imóvel objeto destes embargos. Vale dizer, as partes não litigam pelo mesmo imóvel, ou então os embargados estão equivocados quanto a localização do imóvel que adquiriram. É verdade que o Espólio se saiu vencedor na ação de reintegração de posse promovida contra o casal Saccab, mas isto não retira o direito da empresa embargante demonstrar que possui melhor posse e melhor título sobre a gleba disputada.

Aliás, em nenhum momento os embargados demonstraram algum fato que indique o efetivo exercício da posse sobre a área em questão. Nem mesmo/as medidas apresentadas pelos embargados correspondem com as medidas encontradas no local. A empresa juntou documentos que comprovam sua titularidade sobre o imóvel. É bom que se frise que por ocasião do cumprimento do mandado de reintegração de posse em favor do espólio na ação n. 74/87, o oficial de justiça constatou que na área havia uma pessoa morando no local. Esta pessoa, ao que parece, era empregada da empresa embargante, o que indica que ela, de fato, exercia de alguma maneira a posse sobre a gleba.

Analizando todos os documentos dos autos, e não são poucos, conclui-se que o espólio de Antenor Salles Lima, no processo 74/87, não foi reintegrado na área remanescente da gleba discutida nos autos 194/85 da Segunda Vara local, mas sim que esta área é parte integrante do imóvel discutido neste último processo. Ou seja, a área faz parte de uma área maior, não podendo se falar em remanescente. E mais. Neste último processo ele perdeu a totalidade dos direitos sobre a área medida quatrocentos e vinte e seis metros de frente por nove mil metros de fundo.

A procedência dos embargos, portanto, é imperativa." (e-STJ, fls. 1.965/1.966)

O col. Tribunal *a quo*, entendeu correta a decisão à base da seguinte fundamentação:

"No tocante à matéria de fundo, tem-se que a r. sentença recorrida, de maneira fundamentada e com inteira pertinência, julgou procedentes os embargos opostos pela ora apelada, fazendo-o com fulcro na conclusão do laudo pericial de fls. 477 e seguintes, através da qual se extrai que a área objeto dos embargos "...fica a um quilômetro e meio de distância do imóvel

objeto destes embargos. Vale dizer, as partes não litigam pelo mesmo imóvel". Ou seja, o imóvel objeto dos embargos pertence aos embargantes e aqui apelados.

Não há, assim, no apelo interposto alegação de qualquer fato novo a justificar a reapreciação do que já foi deduzido na impugnação aos embargos de terceiro, sendo de rigor a aplicação, na hipótese, do disposto no novo Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça, em seu artigo 252 ("Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la")." (e-STJ, fls. 2.043/2.044)

Assim, a modificação das premissas firmadas na origem, de modo a acolher a irresignação recursal, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO. LIMINAR DEFERIDA. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. QUESTÃO DECIDIDA COM BASE NO "JUSTO TÍTULO". POSSIBILIDADE. CONTRARIEDADE AOS ARTS. 165, 458, I e II, 535, I e II, do CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 7 e 83 do STJ E 283 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. BASES FÁTICAS DISTINTAS.

1. Os embargos de terceiro constituem meio adequado para aquele que, não figurando na relação processual de ação possessória, venha a sofrer qualquer tipo de constrição por força de ato judicial, no caso, decisão que, em liminar, deferiu a reintegração de posse do autor em área em relação à qual a parte embargante sustenta deter a posse e propriedade. Precedentes. Súmula n. 83 do STJ.

2. Não ocorre negativa de entrega da plena prestação jurisdicional se a Corte de origem examinou e decidiu, de modo claro e objetivo, as questões que delimitaram a controvérsia, não se verificando nenhum vício que possa nulificar o acórdão recorrido.

3. Não se conhece de recurso especial quando o artigo de lei indicado como violado não guarda correlação com a fundamentação desenvolvida no voto condutor do julgado recorrido. Súmula n. 284/STF.

4. É inadmissível o recurso especial quando, para aferir eventual contrariedade a dispositivo de lei federal, houver necessidade de se proceder ao reexame do acervo fático-probatório. Súmula n. 7/STJ.

5. A falta de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido atrai a incidência do óbice contido na Súmula n. 283/STF.

6. Não se conhece da divergência jurisprudencial quando não ficar comprovado o cumprimento das exigências previstas nos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255 do RISTJ.

7. Se a parte agravante não apresenta argumentos hábeis a infirmar os fundamentos da decisão regimentalmente agravada, deve o julgado ser mantido por seus próprios fundamentos.

8. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1456077/BA, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 05/05/2015)

Ante o exposto, com arrimo no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RI-STJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator